



**Principais problemas que a ASPL pretende negociar com o ME
durante o presente ano letivo 2022/23**

Na área da Educação e do Ensino tem-se vindo a registar, cada vez mais, a falta de professores, em várias regiões do país, a falta de candidatos a professores, a par do enorme desgaste e frustração, por parte da maioria da classe docente.

Para a ASPL, esta muito preocupante realidade, agudizada pelo envelhecimento da classe docente, tem de ser uma das prioridades efetivas a resolver no presente ano letivo.

Em nosso entender, não conseguiremos, de forma correta, resolver os problemas da falta de professores e da falta de atratividade da profissão docente, enquanto não se resolver um conjunto de constrangimentos graves que, há muito tempo, se colocam à classe e à profissão docente, a saber:

1 - **AVALIAÇÃO DOCENTE e PROGRESSÃO NA CARREIRA** – É imperioso o **fim das quotas na avaliação** do desempenho docente e das **vagas que impedem o acesso aos 5.º e 7.º escalões** da respetiva carreira, bem como a recuperação integral do tempo de serviço prestado (**estes problemas vêm, sobretudo, desde 2012**);

2 - **REGIME DOS CONCURSOS** – Impõe-se a revisão do **regime de recrutamento e colocação**, por forma a que estes se façam de acordo com a **graduação profissional** em todos os momentos dos concursos. Urge também a **diminuição territorial dos Quadros de Zona Pedagógica** (esta nossa proposta vem desde a criação dos quadros de zona pedagógica, em 1993, mas em 2013 tornou-se mais premente com a criação em todo o território continental de apenas 10 QZPs);

3 - **HORÁRIOS DE TRABALHO** – É urgente rever os critérios para a atribuição **das reduções das horas da componente letiva, de acordo com a idade e o tempo de serviço que o docente tem**, revertendo essas horas para a componente individual de trabalho, **respeitando-se as 35 horas semanais de trabalho** (esta nossa proposta vem, sobretudo, desde 2008, altura em que o governo alterou as regras de organização dos horários dos professores e educadores);



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

4 - **APOSENTAÇÃO** – Urge a criação de um **Regime de aposentação específica para os Educadores e Professores** (esta reivindicação vem desde a fundação da ASPL em julho de 1992, pois chegou a existir um regime específico que foi revogado em 2005, mas só abrangia os educadores de infância e os professores do 1º ciclo do Ensino Básico) e **viabilização da pré-reforma** com salários justos (esta reivindicação vem desde a instituição deste regime para os demais trabalhadores portugueses);

5 - **ULTRAPASSAGENS NA CARREIRA:** é urgente o fim destas ultrapassagens, dos docentes que vincularam depois de 2011 e que passam à frente na carreira dos que vincularam antes desta data, pelo que os professores e educadores exigem: **Tempo de serviço igual, escalão igual e salário igual** (esta reivindicação, baseada no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa, vem desde 2011, mas fez-se sentir sobretudo a partir de 2018, com o descongelamento na carreira, pois os professores e educadores tiveram as suas carreiras congeladas, como os demais funcionários públicos, entre 2005/2008 e entre 2011 e 2018);

6 - **PRECARIIDADE** que existe na classe docente, seja porque não se permite o acesso aos quadros aos professores com muitos anos de serviço, muitos deles, com 10, 15 ou 20 anos de serviço docente prestado, seja porque não se lhes permite estabilidade, porque quando finalmente conseguem vincular esse vínculo não é a uma escola ou agrupamento de escolas, mas sim a um Quadro de Zona Pedagógica (QZPs), sendo que o **território continental está dividido apenas em 10 QZPs**, pelo que facilmente se percebe a enorme instabilidade e precariedade da classe;

7 - **Falta de AUTONOMIA PROFISSIONAL – dos professores e dos educadores para desenvolverem a sua atividade docente, assim como das escolas em relação às autarquias**, sobretudo nos últimos anos, (esta reivindicação tornou-se mais premente devido à municipalização da educação e às leis impostas aos professores para redução das taxas de insucesso e abandonos escolares e pela avaliação do desempenho docente, que se alterou profundamente a partir de 2008);

8 - **Urge a criação de SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO/ALOJAMENTO E DEDUÇÃO DAS DESPESAS** feitas no âmbito do exercício da profissão, em sede de IRS (esta reivindicação vem desde a fundação da ASPL em julho de 1992 e ganhou mais importância com a pandemia e os gastos que os docentes tiveram de fazer, para poderem continuar o ensino à distância ou remotamente);



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

9 - **Urge a implementação do REGIME DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO** – Implementação nas escolas deste regime (esta reivindicação vem desde a instituição deste regime para os demais trabalhadores portugueses, **dado que não tem existido nas escolas, nem para os professores, nem assistentes operacionais ou administrativos**);

10 - **Urge combater e prevenir a INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLARES**, a par da falta de autoridade democrática concedida aos professores e educadores;

11 - **Urge voltar a dar possibilidade aos docentes doentes ou incapacitados para as atividades letivas de poderem ficar durante algum tempo (pelo menos, entre 1 a 2 anos) com dispensa da componente letiva, por forma a melhor se recuperarem e a estarem ao serviço letivo**;

12 - **É necessário terminar com as CATIVAÇÕES FINANCEIRAS** que continuam a impedir a concretização prática das progressões, traduzindo-se em novas formas de congelamento para muitos milhares de docentes.

Para a ASPL, estes são os principais problemas e situações que urge resolver, relativamente aos professores e educadores portugueses, não só para melhorar a sua condição profissional, mas também, e consequentemente, a condição do Ensino e da Educação, no nosso país.

Lisboa, 20 de setembro de 2022.

P'A Direção Nacional da ASPL,

A Presidente